



Educação & Sociedade

ISSN: 0101-7330

revista@cedes.unicamp.br

Centro de Estudos Educação e Sociedade

Brasil

Apple, Michael W.

ALIANÇA ESTRATÉGICA OU ESTRATÉGIA HEGEMÔNICA? CONSERVADORISMO ENTRE OS
DESFAVORECIDOS

Educação & Sociedade, vol. 24, núm. 84, septiembre, 2003, pp. 1019-1040

Centro de Estudos Educação e Sociedade

Campinas, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87313719014>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

ALIANÇA ESTRATÉGICA OU ESTRATÉGIA HEGEMÔNICA? CONSERVADORISMO ENTRE OS DESFAVORECIDOS*

MICHAEL W. APPLE**

RESUMO: Este artigo analisa um fenômeno em plena expansão – o crescimento de sentimentos aparentemente conservadores entre grupos desprivilegiados. Um excelente exemplo desse tipo de fatos é o apoio estratégico a políticas neoliberais e neoconservadoras por parte de um grupo ativista afro-americano chamado de *Black Alliance for Educational Options* (BAEO – Aliança Negra para Opções Educativas). No cerne do meu estudo está uma preocupação com tudo o que está em jogo, para nós, caso formas direitistas de multiculturalismo consigam redefinir qual conhecimento e o conhecimento de quem tem mais valor e o que nossas políticas sociais e educacionais deveriam fazer. Afirmo que independentemente da posição de cada um quanto à sensatez das ações estratégicas da BAEO, este caso como um todo fornece um exemplo crucial da política de desarticulação e rearticulação e da maneira como movimentos sociais e alianças se formam e re-formam a partir das condições ideológicas e materiais da vida cotidiana, e das políticas de reapropriação discursiva. Assim, uma análise desses movimentos é importante tanto em termos do equilíbrio das forças envolvidas em reformas educacionais específicas, como também em termos de questões mais gerais a respeito dos processos de ação e transformação sociais. Entender grupos como a BAEO de modo crítico embora compreensivo pode nos ajudar a evitar o essencialismo e o reducionismo que invadem os trabalhos sociológicos críticos sobre o papel das lutas contra as políticas do estado. Isto pode fornecer uma visão mais matizada dos atores sociais e das possibilidades e limites de alianças estratégicas num tempo de modernização conservadora.

Palavras-chaves: Políticas de educação. Cheques-educação. Neoliberalismo. Raça.

* Tradução de Alain François.

** Universidade de Wisconsin, Madison (EUA). E-mail: apple@education.wisc.edu

**STRATEGIC ALLIANCE OR HEGEMONIC STRATEGY?
CONSERVATISM AMONG THE DISPOSSESSED**

ABSTRACT: This article examines a growing phenomenon – the growth of seemingly conservative sentiments among disenfranchised groups. I take as a prime example of such growth the strategic support of neo-liberal and neo-conservative policies by an African American activist group, the Black Alliance for Educational Options (BAEO). At the core of my analysis is a concern about what is at stake for all of us if rightist forms of multiculturalism succeed in redefining what and whose knowledge is of most worth and what our social and educational policies are meant to do. I argue that no matter what one's position is on the wisdom of BAEO's strategic actions, the entire case provides a crucial example of the politics of dis-articulation and re-articulation, on the ways in which social movements and alliances are formed and re-formed out of the material and ideological conditions of daily life, and of the politics of discursive re-appropriation. Thus, an analysis of such movements is important both in terms the balance of forces involved in specific educational reforms, but also in terms of more general issues concerning the processes of social transformation and agency. A critical but sympathetic understanding of groups such as BAEO may enable us to avoid the essentialism and reductionism that enters into critical sociological work on the role of struggles over state policies. Furthermore, it can provide a more nuanced sense of social actors and of the possibilities and limits of strategic alliances in a time of conservative modernization.

Key words: Politics of education. Vouchers. Neo-liberalism. Race.

Mapeamento da modernização conservadora

Esta é uma época ao mesmo tempo boa e ruim no mundo da política educacional. Por um lado, raras vezes a educação ocupou um lugar tão central nos debates públicos a respeito do nosso presente e do nosso futuro. Por outro lado, um leque cada vez mais limitado de recursos discursivos e ideológicos domina as formas conceptuais e políticas dadas a esses debates. Eles estão acontecendo num campo desigual, pois o que costumava ser visto como políticas direitistas se tornou, hoje em dia, “senso comum” (Apple, 2000, 2001). Entretanto, essas políticas conservadoras atuais vêm com um cunho diferente. Existe um sentimento de que elas não são apenas coisas que vão proteger um passado romântico; elas costumam ser vistas, hoje em dia, como soluções “radicais”, mas necessárias para um sistema educacional que está fora de controle e não atende mais as necessidades do “povo”.

Assim, um novo tipo de conservadorismo, melhor definido como “modernização conservadora”, tem progredido e ocupado a cena central em muitos países (Dale, 1989, 1990; Apple, 2001). Embora algumas dessas posições tenham sua origem na Nova Direita, hoje em dia, elas não se limitam ao que, tradicionalmente, tem sido chamado de direita. Elas foram adotadas por segmentos muito amplos do governo e dos mentores de políticas e, como veremos neste artigo, foram até apropriadas por grupos dos quais menos se esperaria essa atitude, como os ativistas afro-americanos. Como devemos entender isto? Ao responder essa pergunta, mesmo se enfocarei aqui principalmente os Estados Unidos, as tendências que vou descrever têm implicações muito além de um país.

Os conceitos que usamos para tentar entender e agir sobre o mundo em que vivemos não determinam por si só as respostas que podemos achar. As respostas não são determinadas por palavras, mas pelas relações de poder que impõem suas interpretações desses conceitos. Entretanto, existem palavras-chave que vêm incessantemente à tona nos debates sobre educação. Estas têm histórias complexas, ligadas aos movimentos sociais dos quais surgem e nos quais são objeto de luta, hoje. Embora tenham suas próprias histórias, essas palavras são cada vez mais inter-relacionadas. Os conceitos são fáceis de enumerar: mercados, padrões, prestação de contas, tradição, Deus, e vários outros. Atrás de cada um desses assuntos está um amálgama de outras palavras com valéncia emocional, as quais dão apoio às maneiras como um poder diferencial atua em nossas vidas cotidianas. Esses conceitos incluem democracia, liberdade, escolha, moralidade, família, cultura e um certo número de outros conceitos-chave. E cada um deles, por sua vez, é intertextual. Cada um deles está ligado a todo um conjunto de pressupostos a respeito dos valores, das instituições, das relações sociais e das políticas “apropriados”.

Podemos pensar essa situação como uma espécie de mapa rodoviário. O uso de uma palavra-chave – mercados – nos manda para uma rodovia que tem sua direção própria e saídas para dados lugares, mas não para outros. Quando estamos numa rodovia chamada “mercado”, nossa direção geral é rumo à seção do país batizada de economia. Se tomarmos a saída “individualismo”, chegamos a outra estrada chamada de “escolha do consumidor”. Saídas como “sindicatos”, “liberdade coletiva”, “bem comum”, “política”, e outros destinos semelhantes devem ser evitadas, se é que constam do mapa. Essa primeira estrada é um itinerário simples com uma única decisão de destino, onde se

quer ir sem perder muito tempo com discussões e chegar pelo método mais rápido e barato possível. Contudo, existe um segundo itinerário, que envolve muita deliberação coletiva a respeito de onde poderíamos querer ir. Este pressupõe que possa haver alguma discussão continuada a respeito não apenas da meta, como também do próprio itinerário. Suas saídas são as que foram evitadas no primeiro itinerário.

Poderosos interesses estão por trás do mapa rodoviário e de suas estradas. Alguns querem apenas a estrada “mercado”, porque ela, supostamente, leva a “escolha individual”. Outros vão trafegar nesta estrada, mas apenas se as saídas forem as que têm uma longa história de “cultura real” e “saber verdadeiro”. Outros ainda vão usar a estrada “mercado” porque Deus disse para eles que esta é “Sua” estrada. Finalmente, um outro grupo vai entrar nela porque tem habilidades para fazer mapas e determinar o quanto longe se está da meta. Mesmo se existem algumas discussões e soluções de compromisso – e talvez até algumas tensões persistentes – entre esses diversos grupos a respeito de que saídas eles vão finalmente pegar, no geral, eles rumam nessa direção.

Esse exercício narrativo constitui um bom mapeamento da realidade. O primeiro grupo é apropriadamente chamado de *neoliberais*. Eles estão profundamente comprometidos com os mercados e com a liberdade enquanto “escolha individual”. O segundo grupo, os *neoconservadores*, tem uma visão edênica do passado e quer voltar à disciplina e ao conhecimento tradicional. O terceiro, que está ficando cada vez mais poderoso nos Estados Unidos e em outros lugares, é o que chamo de *populistas autoritários* – fundamentalistas religiosos e evangélicos conservadores que querem uma volta de (seu) Deus em todas nossas instituições.¹ Finalmente, os fazedores de mapas e especialistas em saber se chegamos lá são os membros de uma fração particular da *nova classe média* (de) gerencial e profissional.

Ao analisar esta configuração complexa de interesses em torno da modernização conservadora, venho argumentando que precisamos agir de uma maneira semelhante ao que Eric Hobsbawm descreveu como sendo o dever dos historiadores e críticos sociais: sermos os “lembrairos profissionais do que [nossos] concidadãos desejam esquecer” (Hobsbawm, 1994, p. 3). Isto é, temos de expor em detalhes as presenças ausentes, o aqui que não está aqui, na maioria das políticas direitistas de educação. Como sua linguagem funciona para ressaltar certas coisas como problemas “reais”, enquanto marginaliza outras? Quais são os efeitos das políticas que foram promovidas? Como políticas aparentemente contraditórias oriundas das várias frações da

Direita, alguns aspectos das quais, hoje em dia, ganharam vida própria – como a *mercadização* da educação por meio de planos de cheques-ensino (*voucher*), a pressão para “voltarmos” à tradição ocidental e a uma cultura supostamente comum, o compromisso de trazer Deus de volta nas escolas e salas de aula da América, e o crescimento de um currículo nacional e estadual e de testes nacionais e estaduais redutivos (e geralmente “com muita coisa em jogo”) – de fato se uniram de maneira criativa para fazer progredir muitos dos aspectos dessas agendas direitistas?

Em vários livros recentes, analisei criticamente por que e como isto ocorreu. Com outros (ver, por exemplo, Whitty, Power & Halpin, 1998; Gillborn & Youdell, 2000), tenho examinado um leque de propostas para a “reforma” educacional como a *mercadização*, padrões, currículos nacionais e estaduais e testes nacionais e estaduais. Esse exame crítico demonstrou que, apesar das intenções geralmente boas dos defensores de muitos desses tipos de propostas, a longo prazo, elas podem, na realidade, acabar exacerbando as desigualdades, especialmente em termos de classe e raça. Além disso, paradoxalmente, elas podem fazer com que não consigamos mais discernir as verdadeiras causas dos graves problemas sociais e educacionais nem enxerguemos algumas alternativas democráticas importantes que podem oferecer mais esperança, a longo prazo (ver, e.g., Apple et al., 2003; Apple, 2001; Apple, 2000; Apple & Beane, 1999).

Ajudar a pensar que isso se inscreve num vasto projeto sócio-pedagógico, o qual tem ativamente – e em grande parte com sucesso – buscado transformar nossas próprias idéias a respeito da democracia. Esta já não é mais um conceito político, mas, antes, um conceito econômico pleno no qual indivíduos desvinculados – que, supostamente, fazem escolhas “racionais” num mercado sem entraves – vão acabar nos levando a uma sociedade melhor. Como lembra Foner (1998), foi preciso décadas de trabalho ideológico criativo para mudar nossas idéias de senso comum a respeito da democracia. Não somente essa mudança vai de encontro a uma tradição muito longa de compreensões coletivas da democracia nos Estados Unidos, mas ela também levou à destruição de muitos empregos, comunidades, atendimentos médicos e tantas outras instituições não apenas nos naquele país como também no mundo inteiro (Katz, 2001; Greider, 1997). Pressupostos ocultos sobre classes e grande parte das políticas de branquitude podem tornar difícil, para nós, enfrentar isto honestamente (Fine et al., 1997).

Aqui, vou me deter um pouco. Deveria ter posto aspas na palavra *nós* no parágrafo anterior. Quem é esse “nós”? Será que inclui to-

dos aqueles que sofrem por causa dessa combinação de políticas neoliberais e neoconservadoras que, hoje em dia, desempenham um papel tão importante no nosso discurso em educação? Se estas políticas têm um efeito desproporcional e prejudicial sobre, por exemplo, a classe operária e sobre as pessoas de cor – como parecem ter – devemos pressupor que todas as pessoas de cor, por exemplo, vão reconhecer isto e rejeitar tanto essas políticas como suas ideologias subjacentes? O assunto do resto deste artigo é o fato de isto, justamente, não ser o caso.

Estranhos aliados

Dada a história de suas lutas tanto pela redistribuição como pelo reconhecimento, seria muito difícil integrar grupos sociais historicamente desprivilegiados, especialmente as pessoas de cor, sob a égide da modernização conservadora (Fraser, 1997; Apple, 2000). Contudo, isto não é impossível. Uma das maneiras de construir alianças hegemônicas consiste no uso criativo, por parte dos grupos dominantes, dos elementos de “bom senso” que os grupos desprivilegiados possuem, para neles vincular suas ações neoliberais e neoconservadoras (Apple, 2001). Infelizmente, o sucesso parcial desta estratégia em grupos geralmente considerados como os “outros desprezados” (Fraser, 1997), em nossas sociedades, é um assunto que muitos progressistas gostariam de esquecer. Entretanto, está cada vez mais evidente que um número crescente de membros de grupos “minoritários”, mulheres, gays e lésbicas conservadores se tornam ativistas em movimentos neoliberais e neoconservadores, e, em menor grau, em movimentos religiosos populistas autoritários. (Obviamente, em razão do papel crucial que as Igrejas Negras desempenharam nas lutas históricas para mais justiça [West, 1982], seria surpreendente se não houvesse elementos desses sentimentos nas comunidades afro-americanas).

Existem exceções a esse esquecimento relativo. Num livro recente, Dillard (2001), por exemplo, examina criticamente um número de atores-chave nos círculos conservadores que também são membros de grupos historicamente oprimidos, mas que – por diferentes razões pessoais e políticas – juntam suas vozes à das causas neoliberal e neoconservadora. As políticas de mercado agressivamente “livres”, uma rejeição da ação afirmativa e do uso da raça e/ou do gênero como uma categoria em decisões públicas, a mobilização para o financiamento público da escolaridade religiosa, as “reformas” de bem-estar, e tantas outras questões semelhantes constituem os centros de gravi-

dade desses indivíduos. Muitas figuras sobre as quais a autora focaliza são familiares àqueles que se encontram do mesmo lado do Atlântico que os Estados Unidos: Dinesh D'Sousa, Thomas Sowell, Clarence Thomas, Linda Chavez, Glenn Loury, Richard Rodriguez, e outros porta-vozes nacionais das causas conservadoras. Todos são pessoas de cor. Entre elas estão acadêmicos de renome, jornalistas, oficiais do governo, e um juiz da Suprema Corte. Outras figuras podem ser familiares apenas àqueles leitores que seguem de perto os debates culturais e políticos sobre Direito nos Estados Unidos em torno de assuntos como políticas educacionais, sexualidade, ação afirmativa e reformas de bem-estar: Star Parker, George Schuyler, Andrew Sullivan, Elizabeth Wright, Bruce Bawer, e Susan Au Allen, entre outros.²

Naturalmente, o fato de grupos dominantes que usam – ou pelo menos lhes dão visibilidade – vozes “minoritárias” para “dizer o indizível” existirem nos Estados Unidos e em muitos outros lugares nada tem de novo (Lewis, 1993; 2000). Assim, por exemplo, Ward Connerly, um conhecido homem de negócios conservador afro-americano e membro atuante do *Board of Regents* (Conselho dos Diretores) da Universidade da Califórnia, adotou uma postura muito clara contra a ação afirmativa. Para ele, o envolvimento do governo é realmente prejudicial aos negros americanos. “Enquanto os outros estão se assimilando, os negros estão ficando cada vez mais longe de uma nação indivisível” (citado em Dillard, 2001, p. 50). Sua insistência no “mérito individual” e sua rejeição da intervenção do Estado em favor da causa da igualdade foram claramente reaproveitadas pelo movimento conservador mais amplo, e essencialmente branco, para legitimar suas próprias políticas. Como disse uma conhecida porta-voz conservadora, “É impossível, para uma pessoa branca, dizer que não é preciso haver ação afirmativa” (Dillard, 2001, p. 15). Poderosos movimentos neoliberais e neoconservadores tanto dentro como fora dos círculos governamentais, portanto, podem incessantemente expandir a esfera do que é de fato dizível, ao prefaciarem o que, de outro modo, seria visto como posições ostensivamente racistas, com uma citação de um porta-voz negro de renome. Um dos mais articulados críticos desse tipo de movimentos afirma que isto permite que grupos econômicos, culturais e raciais dominantes “canibalizem a autoridade moral de vozes de minoria e contornem suas responsabilidades” (Dillard, 2001, p. 20).

Por causa desta tradição de grupos dominantes que empregam a voz selecionada do “outro” para legitimar suas ações, existe uma história concomitante que considera os membros das comunidades

minoritárias que se filiam abertamente a movimentos conservadores como “párias”. Eles são rejeitados quer como “traidores” ou “vendidos”, e até mesmo vistos como “reacionários que odeiam a si mesmos e são muito mais do que logrados pelos poderosos brancos... conservadores” (Dillard, 2001, p. 4). Embora esses rótulos sejam obviamente fortes, muitas pessoas de cor conservadoras vêem a si mesmas de modo muito diferente. Em sua percepção de si, elas são “rebeldes em cruzada” contra uma elite do estado e outra liberal nas próprias fileiras de suas comunidades, as quais, embora achem que “ajudam as pessoas”, na realidade, mistificam políticas que atuam no sentido de destruir os próprios fundamentos morais e sociais de suas comunidades. Nesse ponto, elas podem também recorrer a uma história rica de princípios morais nacionalistas, de auto-ajuda e conservadores nessas comunidades como uma fonte de “autenticidade” e legitimidade (Dillard, 2001, p. 13).

Obviamente, *existem* tradições conservadoras que se desenvolveram internamente dentro, por exemplo, das comunidades de cor, muitas das quais fizeram contribuições duráveis para a própria existência e continuidade das culturas dentro dessas comunidades (ver, e.g., Lewis, 1993; Lewis, 2000). Contudo, como muito da tradição conservadora nos Estados Unidos se moldou explicitamente em torno de discursos e práticas racistas e “racializadores”³ e de uma herança fortemente anti-imigrante e, como muitos ataques neoliberais e neoconservadores atuais contra a esfera pública tiveram efeitos desproporcionais e negativos sobre os ganhos das comunidades pobres e sobre as comunidades de cor, a atual existência e o crescimento desse movimento entre grupos desfavorecidos não deixam de ser surpreendentes.⁴ Isto apenas torna suas iterações atuais mais interessantes ainda. Como veremos, os movimentos econômicos, políticos e culturais neoliberais e neoconservadores e alguns grupos afro-americanos que a eles se ligaram estão tentando redefinir as relações de poder em dados campos sociais, sendo a educação o principal lugar em que estas estão sendo trabalhadas (Bourdieu, 1984). Um processo complexo de desarticulação e rearticulação discursiva e posicional está ocorrendo, uma vez que os grupos dominantes tentam reunir coletividades desfavorecidas sob sua própria liderança enquanto, por seu lado, os grupos desfavorecidos tentam empregar o capital social, econômico e cultural que os grupos dominantes costumam possuir para ganhar um poder coletivo para si mesmos. Como veremos, a etiqueta “conservador” não pode ser empregada facilmente para entender as ações de

todos os grupos desfavorecidos que se aliam de fato com causas conservadoras sem ao mesmo tempo reduzir a complexidade dos campos do poder sociais particulares em que atuam.

Talvez o exemplo mais interessante do processo de desarticulação e rearticulação discursiva e social que se possa encontrar hoje em dia envolva o crescente apoio afro-americano às políticas neoliberais como os planos de cheques-ensino (ver, e.g., Moe 2001). Um exemplo-chave é a *Black Alliance for Educational Options* (BAEO - Aliança Negra para Opções Educativas), um grupo de pais e ativistas afro-americanos presidido por Howard Fuller, ex-superintendente das escolas públicas de Milwaukee, um dos sistemas escolares mais racialmente segregados nos Estados Unidos. A BAEO apóia abertamente o plano de cheques-ensino, a "escolha" (significante escorregadio cujo significado vem cada vez mais se fixando em torno das questões dos cheques-ensino, nos Estados Unidos, quando usado no discurso político) e outras propostas conservadoras semelhantes. Ela granjeou um apoio considerável por parte das comunidades negras no país inteiro, particularmente nas áreas mais pobres, e tem uma presença marcante em vinte e sete cidades dos Estados Unidos.⁵ O fato de a Suprema Corte de Wisconsin ter sentenciado que o plano de cheques-ensino de Milwaukee é constitucional e de a Suprema Corte dos Estados Unidos ter recentemente sentenciado que o plano de cheques-ensino de Cleveland também é constitucional confere mais legitimidade legal e política aos esforços da BAEO, pois esses dois planos buscavam oficializar o "direito a uma saída" para residentes dos bairros pobres e amplamente "minoritários".

A citação seguinte pode dar uma idéia da linguagem que serve de base ao compromisso da BAEO:

Nossos filhos são nosso mais precioso recurso. É de nossa responsabilidade amá-los, criá-los e protegê-los. Também é nossa responsabilidade garantir que sejam adequadamente escolarizados. Sem uma boa educação, eles [não] terão uma chance verdadeira de se envolver na prática de liberdade: o processo de se engajar na luta é que transforma seu mundo. (Website da BAEO)

A missão da BAEO é clara. "A Aliança Negra para Opções Educativas é uma organização nacional, com membros apartidários, cuja missão é apoiarativamente a escolha dos pais para *capacitar* as famílias e aumentar as opções educativas para as crianças negras" (website da BAEO). Sua posição fica ainda mais clara em seu Manifesto.

Manifesto da BAEQ

Os atuais sistemas de ensino K-12⁶ funcionam bem para muitas crianças americanas. Entretanto, para um número excessivo demais de crianças, os sistemas atuais não funcionam bem mesmo. Uma percentagem elevada dessas crianças é de cor, pobre e mora em áreas urbanas. As velhas estratégias educativas e arranjos institucionais não estão preparando estas crianças para serem cidadãos produtivos e socialmente responsáveis. Por isso, devemos mudar drasticamente nossas estratégias de ensino e aprendizagem e criar uma nova estrutura financeira e de governança.

A BAEQ acredita que devamos desenvolver novos sistemas de oportunidades de aprendizagem para complementar e expandir os sistemas existentes. Precisamos de sistemas que *habilitem* verdadeiramente os pais, que alocam dólares para acompanhar os alunos, que tornam os adultos assim como os alunos responsáveis pelo seu êxito acadêmico, e que alteram os arranjos de poder que são os alicerces dos sistemas existentes.

A BAEQ entende que não existem “balas de prata” ou “vara de condão” que vão imediatamente tornar as coisas melhores para nossas crianças. A BAEQ também não é contra a escola pública. Contudo, acreditamos plamente que a escolha dos pais deva ser a pedra angular de estratégias e táticas voltadas para melhorar a educação de nossos filhos. Temos de *capacitar* os pais, particularmente os de baixa renda, para que possam fazer as melhores escolhas para a educação de seus filhos.

Pensem no impacto potencial desse poder nas mãos de famílias que antes tinham pouco ou nenhum controle sobre o fluxo e a distribuição do dinheiro que norteiam as políticas e os procedimentos dos sistemas educacionais deste país. Pensem que a falta desse poder significa que seus filhos vão permanecer presos em escolas nas quais pais mais abastados, entre eles alguns que se opõem à escolha dos pais, nunca tolerariam que seus filhos ficassem. Pensem como essa mudança de poder pode mudar a forma do futuro de seus filhos.

A BAEQ vai juntas as idéias, aspirações, energias e experiências de todas as gerações nesta luta. (Website da BAEQ)

O uso da linguagem, aqui, é marcante. A linguagem de neoliberalismo (escolha, *capacitação* dos pais, prestação de contas, liberdade individual) é reapropriada e suturada com idéias de liberdade coletiva dos negros e com um profundo interesse pelas crianças da comunidade. Isto cria uma espécie de discurso “híbrido” que mistura significações de múltiplas fontes e agendas políticas. De algum modo, isso lembra as análises culturais críticas que demonstram que as pessoas fazem bricolagens em suas vidas cotidianas e podem empregar linguagem e mercadorias segundo modos que os produtores originais dessa linguagem e desses produtos nunca imaginariam (ver, e.g., Willis, 1990).

Embora este processo de rearticulação e uso constitua uma observação importante, é igualmente essencial reconhecer alguma coisa que torna a bricolagem criativa empreendida pela BAEO um tanto mais problemática. Uma parte muito grande do financiamento do grupo provém diretamente de fontes conservadoras como a fundação Bradley. Esta, patrocinadora famosa das causas conservadoras, não tem apenas estado na linha da frente para dar seu apoio a iniciativas de cheques-ensino e de privatização, como também é um dos grupos que deram um forte apoio ao livro de Herrnstein & Murray, *A curva de Bell* (1994), o qual afirmava que os afro-americanos eram, em média, menos inteligentes que os brancos e que isto tinha um fundamento genético. Assim, seria importante indagar-se a respeito da natureza e dos efeitos dos vínculos estabelecidos entre fontes financeiras e ideológicas direitistas e a própria BAEO. O fato de os fundamentos neoliberais e neoconservadores fornecerem não apenas seu financiamento, mas uma visibilidade nas mídias a grupos “minoritários” que apóiam – embora criticamente –, suas agendas não é sem consequência.

A gênese desse financiamento também não é sem consequências. Muitos dos mais fortes defensores dos cheques-ensino e de planos semelhantes alegam que suas posições se baseiam na crença na eficácia dos mercados, no medo da secularização do sagrado, ou nos perigos de perder os valores e as crenças que conferem um significado a suas vidas. Contudo, historicamente, nem os elementos econômicos nem os elementos morais dessa crítica podem ser completamente apartados de sua gênese parcial nas lutas em torno da segregação racial, contra o transporte para alcançar a integração, e na perda da isenção fiscal federal para as academias religiosas conservadoras – e geralmente unicamente brancas. Em suma, o medo do “outro racial” desempenhou um papel significativo nesta construção discursiva do “problema das escolas públicas” (Apple, 2001). Será que isso significa que grupos como a BAEO estão simplesmente sendo manipulados pelos fundamentos e movimentos neoliberais e neoconservadores? Não é fácil responder esta pergunta, mas com tudo o que foi dito acima, a resposta não pode se limitar a um simples “sim”.

Soluções de compromisso estratégicas?

Aqui, é importante não incorrer em análises redutivas, por exemplo, partir do princípio que simplesmente porque o financiamento de um grupo provém de uma fonte específica, todas as suas

agendas serão fundamentalmente determinadas por quem o subvencia. Isto, certamente, não é sempre o caso. Naturalmente, nos foros públicos e nas discussões que Tom Pedroni e eu tivemos com alguns dos líderes da BAEO, eles afirmaram que vão usar quaisquer fontes de financiamento disponível para poder seguir seu programa de ação próprio e específico. Eles aceitariam dinheiro de fontes liberais, mas a Fundação Bradley e outras fundações conservadoras têm se apresentado com mais constância.⁷ Nas mentes dos líderes da BAEO, os ativistas afro-americanos são quem estão no controle, não as fundações conservadoras. Assim, a BAEO considera estar se posicionando de modo estratégico para obter o financiamento de fontes conservadoras. O que eles fazem com este financiamento, como seu apoio firme (e bem divulgado na mídia) aos planos de cheques-ensino (embora esse apoio também seja contingente e, às vezes, dependa das relações de poder locais), é pura decisão deles. Para eles, o espaço dos mercados educacionais pode ser reocupado por políticas culturais e/ou nacionalistas negras e usado para acabar com o que a eles parece (de modo muito correto, na minha opinião) ser a educação espantosamente ineficiente, e até prejudicial, das crianças negras.⁸

Entretanto, embora eu tenha muito respeito por vários líderes da BAEO, é importante lembrar que eles não são os únicos a se organizarem de modo estratégico nesse campo social de poder. Como a BAEO, grupos afiliados, por exemplo, à fundação Bradley também sabem exatamente o que estão fazendo e sabem muito bem como empregar as agendas da BAEO para seus próprios designios, os quais, a longo prazo, em geral, vão totalmente de encontro aos interesses da maioria dos quem têm menos poder em nível tanto nacional quanto regional. Seria mesmo interessante, a longo prazo, para as pessoas de cor, estarem afiliadas aos mesmos grupos que deram financiamento e apoio a livros como *A curva de Bell* de Herrnstein & Murray (1994)? Acredito que não, embora, mais uma vez, precisemos reconhecer as complexidades envolvidas aqui.

Tenho certeza de que esse tipo de questão surge constantemente a respeito das posturas conservadoras adotadas por pessoas de cor que fizeram alianças com, digamos, neoliberais e neoconservadores – e pelos ativistas dentro da própria BAEO. Quando membros de grupos que são coerentemente “tornados outros”, nesta sociedade, adotam estrategicamente identidades que fundamentam os grupos dominantes, esse questionamento é natural e acredito que seja essencial. Contudo, é também crucial lembrarmos que membros de grupos historicamen-

te oprimidos e marginalizados *sempre* tiveram de agir num campo que não era de sua escolha, sempre tiveram de agir estratégica e criativamente para obter alguma medida de apoio dos grupos dominantes para que suas causas progredissem (Lewis, 1993; Lewis, 2000; Omi & Winant, 1994). Ocorre que, mais recentemente, líderes nacionais e locais do Partido Democrata, nos Estados Unidos, costumam considerar que o apoio negro está simplesmente *ganho*, que não precisa ser conquistado. Por isso, podemos constatar um desenvolvimento maior de “alianças inusitadas” em torno de questões específicas como as políticas educacionais. Quando a isto se acrescenta algum apoio tácito e/ou aberto, dentro de algumas comunidades de cor, não apenas a planos de cheques-ensino, mas a iniciativas antigay, antiaborte, a favor de pregadores nas escolas, e outras semelhantes, essa aliança de alguns grupos negros com movimentos conservadores mais amplos em torno de algumas questões não é tão surpreendente (ver Dillard, 2001).

A existência e o crescente poder de movimentos comprometidos como a BAEQ, entretanto, indicam que precisamos ser prudentes ao estereotipar os grupos que apóiam publicamente as políticas neoliberais e neoconservadoras. Suas perspectivas precisam ser examinadas cuidadosamente e levadas a sério, e não simplesmente rejeitadas como completamente insensatas, ou como as de pessoas que foram enganadas e aceitaram irrefletidamente um conjunto de ideologias prejudiciais. São jogadas estratégicas complicadas que ocorrem num campo social do poder igualmente complexo. Posso – como faço – discordar veementemente de algumas posições adotadas por grupos como a BAEQ. Entretanto, partir do princípio que eles são simples fantoches nas mãos de forças conservadoras não é apenas desdenhar demais de suas tentativas de atuação social, mas também, acredito, ser tacitamente racista.

Dizer isto não significa que devamos deter nossos argumentos contra a *mercadização* e a privatização da escola. Os planos de cheques-ensino e de créditos fiscais [*tax credit*] (esses últimos podem realmente acabar sendo mais perigosos) ainda terão alguns efeitos extremamente problemáticos, a longo prazo. Um dos mais importantes poderia ser uma *desmobilização* dos movimentos sociais nas comunidades de cor. As escolas têm desempenhado papéis centrais na criação de movimentos em favor da justiça. Em essência, mais do que reflexos periféricos de batalhas e dinâmicas mais amplas, as lutas pela escola – pelo que deveria ser ensinado, pela relação entre escolas e co-

munidades locais, pelos próprios fins e meios da instituição mesma – constituíram um crisol para a *formação* de movimentos sociais mais amplos rumo à igualdade (Hogan, 1983; Wong & Apple, no prelo). Esses movimentos coletivos transformaram nossas definições dos direitos, das pessoas a quem deveriam se aplicar e do papel do governo em garantir-lhos. Sem as mobilizações organizadas em nível comunitário, essas transformações não teriam ocorrido.

É isto que está ameaçado atualmente. As definições de democracia baseada no individualismo possessivo, no cidadão como um simples “consumidor” alicerçam-se inherentemente num processo retroativo em termos de raça, classe e gênero (Ball, 1994). Estas são categorias que têm recorrido à luta para o acesso à educação e ao êxito escolar para se formarem como atores autoconscientes. Se, como acredito, foram mesmo os esforços organizados de movimentos sociais que acabaram levando à transformação de nosso sistema educacional rumo a mais democracia (Apple, 2000), os efeitos a longo prazo das definições neoliberais de democracia podem ser verdadeiramente trágicos para as comunidades de cor, não “apenas” por aumentarem as desigualdades nas escolas (ver, e.g., Apple, 2001; McNeil, 2000; Gillborn & Youdell, 2000), como também por levarem a uma perda muito forte do ímpeto para soluções coletivas a problemas sociais presentes. Se todos os problemas se “resolvem” simplesmente por meio de escolhas individuais num mercado, então as mobilizações coletivas tendem a se debilitar e até mesmo a desaparecer. Se a história pode servir de guia aqui, os resultados nada terão de agradável. Assim, embora o apoio a curto prazo às políticas neoliberais e neoconservadoras possa parecer estrategicamente judicioso a alguns membros de grupos menos poderosos, e pode de fato gerar mobilizações de curto prazo, continuo profundamente preocupado com o que vai acontecer com o tempo.⁹ São as implicações a longo prazo de processos e ideologias individualizantes, e seus efeitos sobre a necessidade de mobilizações sociais mais amplas e em constante crescimento que visem transformações substanciais na esfera pública, que devem merecer toda a nossa atenção.

Infelizmente, uma preocupação com os efeitos de individuação que esses programas de “escolha” podem acabar tendo já está se refletindo na (limitada) literatura sobre o apoio dos negros às políticas neoliberais e neoconservadoras. A quase totalidade da literatura crítica sobre essas “alianças estratégicas”, mesmo trabalhos como o livro cativante de Dillard (2001), tende a focalizar os indivíduos, mais do

que os movimentos sociais mais amplos. Como observei acima, são os movimentos sociais que, historicamente, tiveram o poder de transformar as políticas e práticas sociais e educacionais. Uma ênfase sobre os indivíduos humaniza realmente as questões que estão em disputa e nos permite ver as pessoas atrás da presença direitista nas comunidades marginalizadas. Contudo, ela encobre as dinâmicas que levaram ao crescimento de grupos como a BAEO e às jogadas estratégicas que estão ocorrendo de modo autoconsciente nos campos sociais do poder desiguais em que a política educacional opera.

Isto não debilita a força que essas análises das tendências conservadoras crescentes em algumas comunidades “tornadas outras” têm nos insuflado. Entretanto, a questão não é a de saber se é possível construir uma coalizão com liderança direitista que inclua elementos de “multiculturalismo”. Obviamente, como mostrei neste artigo, esse processo já está parcialmente sendo implementado com sucesso. Antes, as perguntas que devemos colocar constantemente são as seguintes: A que preço? A custa de quem?

Sabemos, por exemplo, que ocorreu integração de alguns elementos de comunidades que têm sido vistas historicamente como “o outro”, que certos elementos foram trazidos sob a égide da modernização conservadora. Por exemplo, alguns latino(as)-americanos(as), asiáticos americanos, gays e lésbicas e outros têm, de modo surpreendente, dado seu apoio a causas conservadoras. Embora talvez tenha exagerado seus argumentos por motivos políticos, Dillard, entre outros, faz mostra de uma percepção muito aguçada ao ver que as raízes do apoio a posições conservadoras por parte de alguns membros de grupos oprimidos costumam basear-se no fato de não querer “ser negro”. Aqui, vale a pena citar o trecho inteiro.

[Um] ponto sobre o qual os latino-americanos, asiático-americanos, mulheres e homossexuais conservadores parecem concordar é o desejo, para falar com toda franqueza, de não serem como os negros – membros de um grupo que persiste em pressionar o governo para obter reparações coletivas ao invés de trilhar o caminho do individualismo, da mobilidade para cima e da assimilação. O fato de alguns conservadores latino-americanos e asiático-americanos terem se filiado a este tipo de discursos é perturbador. Se Toni Morrison está certo, nem que seja parcialmente, quando afirma que as ondas anteriores de imigrantes abraçaram uma identidade americana (branca, de classe média) “nas costas dos Negros,” então temos motivos para temer que os novos imigrantes busquem repetir esse padrão. Nesse processo, as já tensas relações entre afro-americanos, latino-americanos e asiático-americanos poderiam degenerar. O fato de alguns conservadores afro-americanos, um

contingente essencialmente de classe média e classe média alta, parecerem estar escolhendo esta linha – serem assimilados nas costas dos negros pobres – é duplamente incômodo. (Dillard, 2001, p. 182)

Embora eu não ache que seus argumentos se apliquem a grupos como a BAEO, para muitas outras pessoas e organizações que ela estuda, seus pontos precisam ser levados muito a sério. Pois a implicação desses argumentos é que os maiores perdedores nessa mudança de campo discursivo sobre raça e identidade podem muito bem ser, mais uma vez, os negros pobres. Novamente, eles serão patologizados. Suas vozes serão caladas. E eles vão continuar sendo o “bode expiatório favorito e conveniente de todo mudo” (p. 182). Em razão do lugar central que a raça tem ocupado no desenvolvimento do movimento neoconservador de “retorno” e no movimento neoliberal de “escolha” (Apple, 2001), não deveríamos nos surpreender se um multiculturalismo direitista prometesse mais ainda, embora embrulhado num discurso novo e aparentemente de mais diversidade.

Entretanto, “não querer ser negro” não explica o apoio aos cheques-ensino por grupos como a BAEO. Antes, é o próprio fato de *serem negros*, de terem reconhecido e lutado contra seu posicionamento social e cultural como os últimos “outros”, que fizeram com que busquem alianças estratégicas – há quem diga heréticas – com algumas das principais tendências que, paradoxalmente, estavam na linha da frente, historicamente, do suporte a esse posicionamento. Em *Educating the “right” way* (Apple, 2001), apelo para que se pense hereticamente a respeito das possíveis alianças que acham poder subverter partes das agendas envolvidas na modernização conservadora. Resta saber se as “ações heréticas” da BAEO realmente subvertem essas agendas e a estratificação racial nas escolas. Temo que não consigam. Mas devemos também perguntar que escolhas eles de fato têm, frente à estrutura de desigualdade que atualmente existe.

Conclusão

Neste artigo, examinei um fenômeno em expansão – o crescimento de sentimentos aparentemente conservadores entre os “outros desprezados”. No cerne da minha análise está um interesse pelo que está em jogo para cada um de nós se o multiculturalismo direitista conseguir redefinir qual conhecimento e o conhecimento de quem tem mais valor e o que nossas políticas sociais e educacionais deveriam fazer. Entretanto, independentemente da posição de cada um quanto à sensatez das ações estratégicas da BAEO, este caso como um todo fornece

um exemplo crucial da política de desarticulação e rearticulação, da maneira como movimentos sociais e alianças se formam e reformam a partir do material e das condições ideológicas da vida cotidiana, e das políticas de reapropriação discursiva (Hall, 1996; Apple; 2001).¹⁰ Assim, uma análise desses movimentos é importante tanto em termos do equilíbrio das forças e do poder envolvidos em reformas educacionais específicas, como também em termos de questões mais gerais a respeito dos processos de ação e transformação sociais. Entender grupos como a BAEO de modo crítico, embora comprensivo, pode nos ajudar a evitar o essencialismo e o reducionismo que invadem os trabalhos sociológicos críticos sobre o papel das lutas contra o Estado. Isso pode fornecer uma visão mais matizada dos atores sociais e das possibilidades e limites de alianças estratégicas num tempo de modernização conservadora (ver Pedroni, em curso).

Embora eu apóie as lutas de grupos como a BAEO e tenha muita simpatia para com suas críticas ao funcionamento atual das escolas públicas (mantidas pelo Estado), preocupa-me muito saber se eles vão conseguir controlar os usos que serão feitos de seu apoio às políticas neoliberais. Dito isto, entretanto, seus esforços para se mobilizarem em favor dos cheques-ensino podem ter alguns efeitos salutares.

Se a escola pública perde sua legitimidade para um número significativo de pessoas das comunidades de cor – e há indícios de que isto está acontecendo em algumas comunidades (Moe, 2001) –, isso pode obrigar a reexaminar os financiamentos desiguais das escolas, hoje em dia, nos Estados Unidos, uma vez que eles se assentam na arrecadação local de impostos e nas suas desigualdades. Também fazer com que professores e seus sindicatos tenham de trabalhar muito mais perto das comunidades locais do que ocorre hoje em dia, simplesmente para poderem manter sua legitimidade aos olhos das pessoas de cor. Digo isto sabendo que, de modo bastante estranho, isto pode servir de argumento a partes do lado neoliberal a favor dos mercados escolares. O medo da competição entre professores e outros educadores pode então ter efeitos ocultos que podem, finalmente, levá-los a apoiar mais as mudanças necessárias nas escolas.

Dito isto, contudo, prevejo o oposto. Embora essas mudanças possam ocorrer, existem, infelizmente, tantas probabilidades de que os efeitos serão muito menos positivos em suas consequências a longo prazo. Menos verbas serão destinadas às escolas públicas (mantidas pelo Estado). Uma política de responsabilização vai se desenvolver, na qual os pais que não têm escolha, a não ser manter seus filhos em

escolas com poucos subsídios e altamente policiadas em bairros pobres, serão vistos como a fonte do problema da escola pública. Isto dependerá muito do equilíbrio de forças, na época. Em razão do que eu e outros temos mostrado a respeito dos resultados geralmente negativos da combinação de reformas neoconservadoras e neoliberais nas escolas, não estou muito otimista quanto ao que vai acontecer. No melhor dos casos, entretanto, precisamos ter consciência de que as complexas manobras políticas e estratégicas que estão ocorrendo no campo das políticas educacionais terão resultados complicados, contraditórios e imprevistos. O exemplo da BAEQ é o início, e não o fim, dessa história.

Embora eu tenha focalizado o crescimento de alianças estratégicas entre os “outros desprezados” e as forças conservadoras nos Estados Unidos, prevejo que essas alianças não vão se limitar a esta nação.¹¹ Isto pode ser perturbador para muitos educadores com inclinações progressistas, e me leva ao meu último ponto. Quaisquer grupos que discordam da BAEQ quanto à sensatez de apoiar os cheques-ensino e de fazer alianças táticas com a Direita têm uma tarefa que ultrapassa muito a de simplesmente criticar sua posição ou sua estratégia. Os críticos de suas posições e estratégias devem ter uma compreensão detalhada e profunda tanto do que causa seu rancor contra as escolas públicas (mantidas pelo Estado) como da falta de resposta que a quase totalidade dos sistemas escolares tem mostrado para com comunidades de cor, os pobres e a classe operária, durante décadas. As condições contra as quais grupos como a BAEQ estão reagindo são *reais* e altamente devastadoras para crianças reais em comunidades reais (ver, por exemplo, Kozol, 1991). Assim, aqueles que se preocupam com a BAEQ devem se perguntar o que eles mesmos querem. Eles precisam desdobrar seus próprios esforços para dar um cabo ao contrato racial subjacente às “nossas” instituições econômicas e políticas (Mills, 1997) e trabalhar com ainda mais afinco para providenciar as condições econômicas e culturais que fariam com que os pais afro-americanos tenham fé nas suas escolas e para pôr em xeque o modo como a política de “branqueamento” alicerça tantas coisas na vida cotidiana dessa sociedade. Portanto, não basta, simplesmente, dizer não à BAEQ. Naturalmente, acrescentaria, isto também constituiria um ato *radicalizador* em si, a menos que se acompanhe de poderosas ações anti-racistas.

Gostaria de agradecer David Gillborn, Steven Selden e, em particular, Tom Pedroni pelos seus comentários perspicazes sobre as questões levantadas neste ensaio. Tom Pedroni trouxe importantes sugestões e crí-

ticas conceptuais, históricas, e empíricas. Vários dos meus argumentos devem muito à sua pesquisa atualmente em curso sobre a BAEQ e as complexidades da política educacional afro-americana (Pedroni, em curso).

Recebido e aprovado em agosto de 2003.

Notas

1. O termo “populismo autoritário” surgiu originalmente no trabalho cativante de Stuart Hall. Diferentemente de Hall, contudo, preferiria limitar seu uso a um grupo particular de pessoas que formam a “direita religiosa”. Para mais informações a respeito, ver Hall (1980) e Apple (2001).
2. Embora sua análise poderia ser mais detalhada e útil em certos lugares, Dillard (2001) faz um excelente trabalho ao detalhar a “estrutura de sentimento” das afiliações conservadoras entre um número de pessoas de quem, geralmente, não se esperaria tal atitude. Ela enfoca um vasto leque de diferentes formas de pendentes conservadores, que vão da economia, da legitimidade de um governo ativista, das políticas do corpo e do papel da religião nos negócios públicos, até questões a respeito de que conhecimentos deveriam ou não ser ensinados como “legítimos” e, digamos, o lugar da raça nas matrículas na universidade.
3. As tradições “progressistas”, nos Estados Unidos, não foram livres dessas lógicas racializadoras e racistas. Ver, por exemplo, Selden (1999).
4. O fato de, por exemplo, alguns grupos afro-americanos estarem fazendo alianças com movimentos claramente conservadores e estarem crescendo revela algo muito importante a respeito do fascínio que a política de identidade exerce sobre muitos acadêmicos e ativistas progressistas na educação, bem como em muitos outros campos. Geralmente, escrever sobre identidade pressupõe (erroneamente) que a política de identidade é uma “boa coisa”, que as pessoas estão indo inexoravelmente em direções progressistas e adotam o que Nancy Fraser chama de uma política de reconhecimento (Fraser, 1997). Entretanto, qualquer estudo sério sobre os movimentos direitistas demonstra que uma política de identidade também pode tomar, por exemplo, formas raivosas e retrógradas – anti-gay, nativismo racista, anti-mulher etc. Para muitas dessas pessoas, “nós” somos os novos oprimidos, sendo que este “nós” não inclui a maioria dos “desviantes sexuais”, pessoas de cor, feministas, imigrantes etc. (Ver, e.g., Kintz, 1997, e Bleee, 2002). Contudo, como observei acima, até pessoas dentro destes próprios grupos “desprezados” podem adotar essas identidades retrógradas.
5. A BAEQ é uma organização heterogênea. Embora muitos, mesmo se não todos, dos seus líderes sejam de classe média, ela tem muito apoio das bases. Nos pontos específicos de encontro e articulação com organizações direitistas, as pessoas que interagem com essas organizações não costumam ser das classes pobres e operárias. Contudo, uma análise de classe não basta aqui. A solidariedade racial pode vir em primeiro lugar; a raça exerce uma mediação fundamental nas relações de classes. Assim, a questão da posição de classe dos líderes da BAEQ precisa ser pensada de maneira mais complexa e útil. Gostaria de agradecer a Tom Pedroni por este ponto.
6. N. do T.: Ensino do Kindergarten (jardim de infância) até os doze anos.
7. Nesse ponto, a pesquisa em curso de Tom Pedroni sobre a BAEQ é de considerável importância. Ver Pedroni (em curso).
8. Neste aspecto, a questão política com a qual se deparam lembra, de algum modo, os debates sobre o “socialismo de mercado”. Será que formas econômicas e políticas desenvolvidas

sob a égide de tendências e de relações de poder menos progressistas podem ser usadas para fazer progredir objetivos que são organizados em torno de um conjunto muito diferente de sentimentos ideológicos? Ver, por exemplo, Bardhan & Roemer (1993) e Ollman (1998).

9. A própria Dillard (2001) é muito justa ao avaliar que as implicações desse apoio podem vir a ser. Ela mostra precisamente as contradições dos argumentos e da lógica das pessoas objeto de seu estudo. Ao fazer isso, inspira-se em algumas das mais convincentes análises da relação entre democracia e manutenção da esfera pública, por um lado, e uma compreensão rica e profunda do que significa ser um cidadão, por outro. Os leitores de sua discussão também seriam bem inspirados se vinculassem seus argumentos às lutas históricas em torno das muitas significações de nossos conceitos de democracia, liberdade e cidadania como as apresentadas no livro iluminante de Eric Foner, *The story of American freedom* (A história da liberdade americana, 1998), mas a discussão de Dillard é substancial e útil. Ela também lembra a importância atual de certos escritores democráticos e críticos como Hannah Arendt (1973, 1990), cujo trabalho, embora longe de perfeito, infelizmente não é mais lido tanto quanto deveria.
10. Uma análise de grupos como a BAEO também poderia nos permitir ampliar o leque do trabalho de Basil Bernstein sobre a *recontextualização*. Ver Bernstein (1990).
11. O trabalho em curso de Heidi Safia Mirza sobre o papel da escolaridade em comunidades de cor na Inglaterra é muito interessante neste aspecto.

Referências bibliográficas

- APPLE, M.W. *Official knowledge*. 2. ed. New York: Routledge, 2000.
- APPLE, M.W. *Educating the "right" way: markets, standards, God, and inequality*. New York: Routledge, 2001.
- APPLE, M.W.; BEANE, J.A. *Democratic schools: lessons from the chalk face*. Buckingham: Open University Press, 1999.
- ARENNDT, H. *The human condition*. Chicago: University of Chicago Press, 1973.
- ARENNDT, H. *On revolution*. New York: Penguin Books, 1990.
- BALL, S. *Education reform*. Buckingham: Open University Press, 1994.
- BARDHAN, P.; ROEMER, J. (Ed.). *Market socialism: the current debate*. New York: Oxford University Press, 1993.
- BERNSTEIN, B. *The structuring of pedagogic discourse*. New York: Routledge, 1990.
- BLEE, K. *Inside organized racism: women in the hate movement*. Berkeley: University of California Press, 2002.

- BOURDIEU, P. *Distinction*. Cambridge: Harvard University Press, 1984.
- FONER, E. *The story of American freedom*. New York: Norton, 1998.
- FRASER, N. *Justice interruptus*. New York: Routledge, 1997.
- DALE, R. The Thatcherite project in education. *Critical Social Policy*, 9, 1, 4-19, 1989/1990.
- DILLARD, A.D. *Guess who's coming to dinner now: multicultural conservatism in America*. New York: New York University Press, 2001.
- FINE, M. et al. (Ed.). *Off white*. New York: Routledge, 1997.
- GILLBORN, D.; YOUDELL, D. *Rationing education*. Philadelphia: Open University Press, 2000.
- GREIDER, W. *One world, ready or not*. New York: Simon & Schuster, 1997.
- HALL, S. Popular democratic vs. authoritarian populism. In: HUNT, A. (Ed.). *Marxism and democracy*. London: Lawrence & Wishart, 1980.
- HALL, S. On postmodernism and articulation. In: MORLEY, D.; CHEN, K-H (Ed.). *Stuart Hall: critical dialogues in cultural studies*. New York: Routledge, 1996.
- HERRNSTEIN, R.; MURRAY, C. *The bell curve*. New York: Free Press, 1994.
- HOBSBAWM, E. *The age of extremes*. New York: Pantheon, 1994.
- HOGAN, D. Education and class formation. In: APPLE, M.W. (Ed.). *Cultural and economic reproduction in education*. Boston: Routledge and Kegan Paul, 1982.
- KATZ, M.B. *The price of citizenship*. New York: Metropolitan Books, 2001.
- KOZOL, J. *Savage inequalities*. New York: Crown, 1991.
- LEWIS, D.L. *W.E.B. DuBois: biography of a race, 1868-1919*. New York: Henry Holt, 1993.
- LEWIS, D.L. *W.E.B. DuBois: the fight for equality and the American century, 1919-1963*. New York: Henry Holt, 2000.

- KINTZ, L. *Between Jesus and the market*. Durham: Duke University Press, 1997.
- MCNEIL, L. *Contradictions of school reform*. New York: Routledge, 2000.
- MILLS, C. *The racial contract*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1997.
- MOE, T. *Schools, vouchers, and the American public*. Washington: Brookings Institution, 2001.
- OLLMAN, B. (Ed.). *Market socialism: the debate among socialists*. New York: Routledge, 1998.
- OMI, M.; WINANT, H. *Racial formation in the United States*. 2 ed. New York: Routledge, 1994.
- PEDRONI, T. *Strange bedfellows: African American participation in the Milwaukee school choice coalition*. Unpublished PhD Dissertation, University of Wisconsin, Madison. (In progress)
- SELDEN, S. *Inheriting shame*. New York: Teachers College Press, 1999.
- WEST, C. *Prophecy deliverance!*. Philadelphia: Westminster Press, 1982.
- WHITTY, G.; POWER, S.; HALPIN, D. *Devolution and choice in education*. Buckingham: Open University Press, 1998.
- WILLIS, P. *Common culture*. Boulder: Westview, 1990.
- WONG, T.H.; APPLE, M.W. Rethinking the education/State formation connection. *Comparative Education Review*. (In press).